



Cabo Verde

Exame nacional 2015 da Educação para Todos

Este relatório foi preparado pelas autoridades nacionais competentes com vista ao Fórum Mundial sobre a Educação (Incheon, República da Coreia, 19-22 de maio de 2015). Este relatório foi apresentado em resposta ao convite feito pela UNESCO aos seus Estados Membros para avaliar os progressos realizados desde 2000 com vista a atingir a Educação para Todos (EPT).

As ideias e opiniões expressas neste documento pertencem aos seus autores e não vinculam a UNESCO. As designações utilizadas e a apresentação de dados nele contidos não implicam qualquer tomada de posição pela UNESCO quanto ao estatuto jurídico dos países, territórios, cidades ou zonas, ou das suas autoridades, nem quanto à delimitação das suas fronteiras ou limites.

Este documento pode ser citado da seguinte forma: "Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Cabo Verde". Para mais informações contactar : efa2015reviews@unesco.org

ÍNDICE	PÁGINA
INTRODUÇÃO.....	2
PARTE – I.....	3
Balanco dos objetivos e metas de Dakar	3
1. Proteção e Educação da Pequena Infância	4
2. Ensino Básico	7
2.1. A formação de professores	10
2.2. Gestão e avaliação escolar	11
2.3. Eficácia interna	12
2.4. Promoção de valores para reforço da cidadania	13
2.5. Ação social escolar	13
2.6. Alargamento e melhoria do atendimento a crianças com necessidades específicas	14
3. Ensino Secundário (1ºciclo - Tronco Comum)	14
4. Educação não formal	16
4.1. Alfabetização e educação de base de adultos	16
PARTE – II.....	17
Desafios e prioridades nacionais da Educação Pós 2015	17
No pré-escolar	18
No ensino básico.....	19
No ensino secundário geral e técnico profissional	20
Na Alfabetização e Educação de Adultos.....	21
CONCLUSÃO.....	23
ALGUMAS REFERÊNCIAS	25

INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo dar a conhecer o ponto da situação do sistema educativo cabo-verdiano até 2014/15 e apresentar as prioridades e desafios para a educação Pós-2015, a ser apreciado na Conferência Regional da África Subsaariana sobre a Agenda para a Educação pós 2015, a realizar em Fevereiro de 2015, em Kigali - Ruanda, no quadro dos desafios e prioridades nacionais da educação propostos pelos diferentes países.

A partir de uma análise sobre os objetivos de Dakar e o grau de implementação e cumprimento dos mesmos e de uma consulta à EPT em Cabo Verde o relatório está estruturado em 3 partes, a saber:

- I. Balanço dos objetivos e metas de Dakar
- II. Desafios e prioridades nacionais para a Educação Pós-2015
- III. Conclusões

Na primeira parte, «**Balanço dos objetivos e metas de Dakar**», procurou-se mostrar o esforço feito por Cabo Verde, no período de 2000 a 2014, para implementar as ações definidas nos quadros dos planos de ação, para a consecução dos objetivos e metas fixadas a serem alcançadas até 2015, nos diferentes subsistemas do sistema educativo cabo-verdiano.

Na segunda parte, «**Desafios e prioridades nacionais para a educação pós-2015**», pretendeu-se fazer um breve retrato da situação atual de Cabo Verde, dando uma panorâmica geral das metas já alcançadas até 2014 e apresentando alguns desafios nacionais para a educação em Cabo Verde, pós-2015, bem como alguns dos pilares de sustentabilidade e de excelência da Educação pós 2015.

Finaliza-se o relatório com a apresentação das conclusões e algumas referências bibliográficas.

PARTE – I

Balanço dos objetivos e metas de Dakar

Tomando como referência os quadros dos planos de ação definidos para a consecução dos seis objetivos de Dakar, apresentam-se as realizações de 2000 a 2014 e para cada uma delas as ações correspondentes aos objetivos, estratégias, atividades e resultados atingidos, tendo em conta as metas fixadas no horizonte 2015.

- i) Desenvolver e melhorar a proteção e a educação da pequena infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;
- ii) Assegurar que até 2015 todas as crianças e, sobretudo as meninas e as crianças em situação difícil e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a um ensino primário gratuito e obrigatório de qualidade e o concluam;
- iii) Responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos, assegurando-lhes o acesso equitativo a programas adequados de aprendizagem para a inserção na vida ativa;
- iv) Aumentar em 50%, até ao ano 2015, o número de adultos alfabetizados, em particular mulheres, facilitando a todos os adultos, um acesso equitativo à educação básica e à educação permanente;
- v) Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, até ao ano 2015 e alcançar, antes de 2015 a igualdade entre os sexos na educação, garantindo às meninas um acesso pleno e equitativo a uma educação básica de qualidade, com as mesmas possibilidades de sucesso;

- vi) Melhorar todos os aspetos qualitativos da educação, garantindo resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis, especialmente em leitura, escrita, cálculo e habilidades práticas essenciais para a vida.

1. Proteção e Educação da Pequena Infância

A questão da pequena infância envolve diferentes parcerias e partilha de responsabilidades entre os Ministérios da Educação e Desporto, da Saúde, da Juventude e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, as autarquias e as famílias, sendo consensual a necessidade de soluções conjuntas para atender ao 1º objetivo acima explicitado de desenvolver e melhorar a proteção e a educação da pequena infância, nomeadamente das crianças mais vulneráveis e desfavorecidas.

Assim, neste relatório são focalizados os resultados dos trabalhos realizados pelo MED e apenas aflorados os de outros sectores, nomeadamente a Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade, o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde e as autarquias. Refira-se ainda o grande esforço do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza e das câmaras municipais, não só na infraestruturização, construção de muitos jardins-de-infância, mas também na mobilização social.

A focalização acima referida tem a ver com o facto de o MED deter apenas a tutela técnica e pedagógica da Educação Pré-Escolar (crianças dos 3 aos 6 anos), não se ocupando do atendimento na faixa etária dos 0 aos 2 anos. Embora o pré-escolar seja de frequência facultativa¹, ele vem conquistando, progressivamente, maior espaço no sistema educativo cabo-verdiano, refletindo, para além de outros interesses de natureza mais imediata, uma consciência crescente por parte das famílias cabo-verdianas das vantagens de uma educação cada vez mais precoce para o desenvolvimento intelectual, físico-motor e de outras habilidades. Por isso, verifica-se uma taxa de crescimento médio anual na ordem de 0,9% de

¹ Decreto-Legislativo nº 2/2010 - Revê as Bases do Sistema Educativo, aprovadas pela Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro, na redação dada pela Lei nº 113/V/99, de 18 de Outubro - Cap. III, Secção II, Artigo 16º- 2.

crianças que se inscrevem e frequentam a Educação Pré-Escolar, como se pode constatar no quadro que se segue e que demonstra como é que essa evolução se efetivou de 2000/2001 a 2013/2014.

Quadro 1 – Evolução das crianças inscritas no Pré-Escolar 2000/01 - 2013/2014

Anos Lectivos	N.º de crianças inscritas por sexo		
	F	M	FM
2000/2001	10.077	9.733	19.810
2001/2002	10.278	10.364	20.642
2002/2003	10.623	10.584	21.207
2003/2004	10.677	10.326	21.003
2004/2005	10.720	10.849	21.569
2005/2006	10.722	10.636	21.358
2006/2007	10.742	10.834	21.576
2007/2008	11.040	11.108	22.148
2008/2009	11.187	11.004	22.191
2009/2010	10.773	10.859	21.632
2010/2011	11.262	11.348	22.610
2011/2012	10.985	10.948	21.933
2012/2013	10.916	11.136	22.052
2013/2014	10.969	11.175	22.144
TCMA	0,7%	1,1%	0,9%

Fonte (MED-DGPOG/2014)

O Ministério da Educação e Desporto e os seus parceiros, públicos e privados, vêm dando uma atenção especial à Pequena Infância, visando o seu alargamento e a melhoria da qualidade do atendimento deste subsistema. Essa atenção está demonstrada no aumento da rede de estruturas de acolhimento verificado no período de 2000 a 2013 em que foram construídos e equipados 142 novos jardins-de-infância distribuídos pelos diferentes concelhos do País. O número de infraestruturas vem aumentando progressivamente passando de 384 em 2000 para 526 em 2014, como mostra o quadro 2, evidenciando uma taxa de crescimento médio anual de 2001/02 a 2013/2014 de 2,4%.

Quadro 2 – Evolução das infraestruturas 2000/01 - 2013/2014

Anos Lectivos	Infraestruturas
2000/2001	384
2001/2002	413
2002/2003	419
2003/2004	446
2004/2005	460
2005/2006	465
2006/2007	473
2007/2008	484
2008/2009	492
2009/2010	500
2010/2011	504
2011/2012	507
2012/2013	516
2013/2014	526
TCMA	2,4%

Fonte (MED-DGPOG/2014)

De acordo com as estratégias apontadas no plano de ação a evolução assinalada deve-se essencialmente ao forte envolvimento dos municípios (gerem cerca de 57% dos jardins) e de parceiros aos níveis central e local.

No quadro da promoção de uma abordagem integrada para a Pequena Infância, realizou-se uma Mesa Redonda com envolvimento de oito Ministérios, sob a coordenação do Ministério da Educação e Desporto apoiado pelo UNICEF, em Abril de 2013. Dessa mesa redonda saíram diretrizes que conduziram à constituição de grupos de trabalho pelos pontos focais dos seguintes departamentos governamentais: Ministério da Educação e Desporto, Ministério da Saúde, Ministério das Infraestruturas, Transporte e Economia Marítima, Ministério da Justiça, Ministério da Administração Interna, Ministério das Finanças, Ministério do Desenvolvimento Rural e Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, culminando com a elaboração dos documentos i) Proposta Técnica e Financeira e ii) Programa e Plano de Ação da Pequena Infância em Cabo Verde 2015 – 2020 (Dezembro/2014).

Ainda, na sequência da Mesa Redonda e do Fórum Nacional sobre a Pequena Infância realizados em Abril de 2013, no concelho da Praia, ressaltou-se a necessidade de haver uma atenção especial sobre as crianças dos 0 aos 6 anos para melhoria das respostas existentes para as crianças dessa faixa etária e identificar possíveis mecanismos para a melhoria da concertação entre os atores, bem como soluções para questões de fundo que foram identificadas como problemas a serem resolvidos e que condicionam a qualidade da prestação, seja para o pré-escolar seja para a educação parental.

No Fórum registou-se uma forte participação dos municípios, das ONG's e instituições privadas que já intervêm no domínio do pré-escolar. Os debates centraram-se mais sobre esse subsistema de educação, tendo, no entanto, sido identificada a necessidade de se trabalhar no sentido de se colmatar a não existência de intervenções para a educação parental, beneficiando portanto crianças na faixa etária dos 0 aos 3 anos.

Foram igualmente socializados os produtos dos trabalhos de análise da situação sobre a Pequena Infância (0 a 6 anos), onde se destacou a apresentação dos resultados do Estudo sobre “As Competências das Crianças à Entrada do Ensino Básico” bem como a formulação de elementos de solução para a melhoria das intervenções para a Pequena Infância, com a apresentação dos cenários financeiros e modalidades de implementação no horizonte de 2020 para a melhoria da cobertura e da qualidade das intervenções sobre a Pequena Infância em Cabo Verde. Nesse aspeto, foi apresentado e discutido o quadro que propõe oito cenários que foram equacionados pela equipa de trabalho do Ministério da Educação e Desportos e UNICEF.

2. Ensino Básico

O Quadro de Ação de Dakar propôs para a educação formal, o objetivo de “Assegurar que até 2015 todas as crianças e sobretudo as meninas e as crianças em situação difícil e pertencentes a minorias étnicas tenham acesso a um ensino primário gratuito e obrigatório de qualidade e o concluem”.

Assim sendo, o Plano Nacional de Ação de Educação para Todos que decorre do Quadro de Ação de Dakar fixou os grandes objetivos da educação para todos e as opções políticas nacionais que asseguram a educação de base, ou seja, “o dever de proporcionar a todos os cabo-verdianos uma formação geral que, mediante a ligação equilibrada entre a teoria e a prática, o saber, o saber ser e o saber fazer, a cultura escolar e a cultura geral, lhes permitam desenvolver capacidades de raciocínio e aprendizagem, espírito crítico e criatividade, contribuindo para a sua realização pessoal e social, enquanto cidadãos”².

É importante ressaltar aqui que em Cabo Verde se está a verificar uma diminuição de alunos no Ensino Básico, a partir do ano letivo 2000/2001, na ordem de 2,42% ano, prevendo-se um período de estabilização nos próximos anos, o que poderá significar uma descompressão neste nível de ensino e a possibilidade de afetação de recursos na melhoria da qualidade.

De 90.640 alunos no ano letivo referenciado passa-se para 65.954 em 2013/2014 como resultado de uma tendência de redução demográfica na faixa etária coberta por este nível de ensino, como se pode constatar no quadro que vem a seguir.

Quadro 3: Evolução dos alunos matriculados 2000/01 – 2013/2014

Anos Lectivos	N.º de alunos matriculadas por sexo		
	F	M	FM
2000/2001	44.405	46.235	90.640
2001/2002	43.956	45.853	89.809
2002/2003	42.744	45.099	87.843
2003/2004	41.385	43.753	85.138
2004/2005	40.296	42.689	82.985
2005/2006	39.426	41.736	81.162
2006/2007	37.955	40.568	78.523
2007/2008	36.646	39.361	76.007
2008/2009	35.228	38.320	73.548
2009/2010	34.105	37.029	71.134
2010/2011	33.125	35.990	69.115
2011/2012	32.393	35.510	67.903
2012/2013	31.900	34.765	66.665
2013/2014	31.559	34.395	65.954
TCMA	-2,59%	-2,25%	-2,42%

Fonte (MED-DGPOG/2014)

² Lei de Bases do Sistema Educativo, Secção I, nº 1 do Artigo 19º.

É interessante analisar a evolução das taxas de escolarização dos alunos em idade escolar, razão pela qual se propõe uma observação atenta do quadro seguinte que revela que o País continua a manter altas taxas de escolarização bruta e líquida.

Quadro 4: Evolução das taxas de escolarização 2000/01 – 2013/2014

Anos Lectivos	Taxa de escolarização	
	Taxa líquida	Taxa bruta
2000/2001	96,00%	116,40%
2001/2002	94,66%	115,33%
2002/2003	95,48%	115,28%
2003/2004	95,28%	114,85%
2004/2005	95,87%	114,91%
2005/2006	96,13%	115,78%
2006/2007	96,00%	115,33%
2007/2008	95,84%	115,09%
2008/2009	95,34%	113,26%
2009/2010	94,46%	111,10%
2010/2011	93,75%	109,64%
2011/2012	94,16%	108,49%
2012/2013	93,13%	106,51%
2013/2014	92,89%	105,36%

Fonte (MED-DGPOG/2014)

De acordo com os quadros do Plano de Ação para o Ensino Básico a consolidação e desenvolvimento da educação de base devia concretizar-se através de ações correspondentes aos objetivos de: alargar a escolaridade obrigatória para 8 anos; melhorar a qualidade do ambiente físico escolar e oferecer às crianças espaços adaptados às circunstâncias e às necessidades do aprimoramento das habilidades físico-motoras. É assim que se registam intervenções em várias escolas, sendo de ampliação e equipamento nas zonas de forte expansão demográfica; recuperação e melhoria nas condições físicas com a construção de casas de banho, placas desportivas, refeitórios e gabinetes de gestores. Também foram construídas várias novas salas de aula, o que contribuiu para a eliminação do regime de tresdobramento (utilização tripla do mesmo espaço) e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem.

O alargamento da escolaridade básica obrigatória para 8 anos vem sendo progressivamente conseguido, prevendo a sua generalização no ano letivo 2015/2016.

A qualidade e equidade das aprendizagens escolares comportam vários domínios de atuação, de que se destacam:

2.1. A formação de professores

Com o objetivo de melhorar a qualificação e prestação dos docentes e a qualificar os professores sem formação pedagógica, foram renovadas, por um lado, as modalidades de formação inicial de professores, e por outro lado, desenhou-se a 1.ª fase e a 2.ª fase de Formação em Exercício e Contínua de professores”, visando a sua reconversão e o aperfeiçoamento das suas competências pedagógicas, preparando-os, respetivamente, para trabalhar com alunos do 1º ao 4º anos, (1ª fase da formação em exercício) e do 1º ao 6º (2ª Fase da Formação em Exercício).

Também, na formação contínua dos professores, foram reconvertidas e aperfeiçoadas as competências pedagógicas dos professores com a 1ª Fase de Formação em Exercício, numa boa articulação entre o Instituto Pedagógico, a Direção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos e a Rádio Educativa. Esta Rádio tem conhecido um forte processo de expansão e melhoria graças à intervenção de parceiros, nomeadamente da UNESCO, BAD e Canárias. Os professores sem formação passaram de 30,4% em 2000 para 4,0% em 2013.

Uma atuação dinâmica tem caracterizado o Instituto Universitário da Educação (ex- Instituto Pedagógico) onde surgem os cursos de Complementos de licenciatura assim como a organização de cursos a distância para professores dos outros concelhos, com vista à sua reconversão e ao aperfeiçoamento de competências para responder às necessidades impostas pelo alargamento da escolaridade básica obrigatória para 8 anos.

2.2. Gestão e avaliação escolar

A gestão de um Sistema Educativo visa traduzir, em realidade, a política educacional (estratégia e os recursos mobilizados), através de duas funções principais: a de distribuição dos recursos (pessoas, materiais, etc.) do nível central dos estabelecimentos escolares (gestão administrativa); a de garantir que os recursos mobilizados, a nível de cada escola, se transformem em resultados tangíveis para os alunos (gestão pedagógica).

Melhorar a eficácia da gestão pedagógica e administrativa das escolas é um dos objetivos que vem sendo conseguido através de ações de formação de gestores e coordenadores pedagógicos que culminará com criação do dispositivo legal para o enquadramento dos gestores.

Com a formação de gestores pretende-se alcançar os objetivos que visam a promoção da participação dos pais nos órgãos colegiais da escola a saber: assegurar a partilha e consensualização das decisões da escola; criar um modelo de gestão participativa dos pais e da sociedade civil em geral e generalizar a participação dos pais na gestão das escolas.

A nível da avaliação escolar, os objetivos a serem perseguidos são os de melhorar a sistematização e tratamento das informações sobre o rendimento escolar; criar as condições para utilização dos resultados dos alunos como instrumentos para melhorar as aprendizagens e formar capacidades no domínio da avaliação das aprendizagens, a nível central e local, visando conseguir uma melhor eficácia do sistema.

A avaliação aferida (Matemática e Língua Portuguesa) realizada em 2010, no 6º ano de escolaridade, com a finalidade de medir o grau de realização dos principais objetivos fixados no Plano Nacional de Educação para Todos e contribuir para a adequação das medidas de políticas da Educação a adoptar, forneceu informações importantes sobre o sistema educativo de Cabo Verde, permitindo tomada de decisão para a melhoria do processo ensino/aprendizagem (RESEN, 2011)

2.3. Eficácia interna

A eficácia interna de um Sistema Educativo calcula-se pela capacidade que o mesmo tem de manter na escola o maior número possível de estudantes que acedem a cada um dos seus níveis de ensino e pela qualidade do nível médio das aprendizagens dos estudantes que ela escolariza.

Modificar as práticas pedagógicas e melhorar o rendimento escolar no Ensino Básico são objetivos gizados pelo Governo de Cabo Verde, no sentido de consolidar a melhoria a eficácia interna do sistema educativo.

Os objetivos de melhorar o apoio ao funcionamento das turmas compostas e introduzir novas metodologias para a gestão de turmas compostas, correspondem ao reforço dos apoios às escolas que funcionam com turmas compostas. De igual modo, a aposta numa nova abordagem metodológica de ensino/aprendizagem – a Abordagem Por Competências- tem sido um dos aspetos que consubstanciam as políticas do governo em relação à melhoria da eficácia interna.

Valorizar a língua materna como veículo de construção e apropriação de conhecimento é um outro objetivo do Governo e que está sendo materializado através de experiências de ensino bilingue no Ensino Básico e com resultados altamente positivos e encorajadores, merecedores de alargamento.

A partir dos dados do rendimento que o quadro seguinte revela, constata-se uma considerável a redução das reprovações e do abandono.

Quadro 5: Evolução das taxas de rendimento 2000/2001 – 2013/2014

Anos Lectivos	Rendimento escolar		
	Aprovação	Reprovação	Abandono
2000/2001	84,30%	13,40%	2,30%
2001/2002	83,85%	12,98%	3,17%
2002/2003	84,98%	11,83%	3,19%
2003/2004	81,52%	15,86%	2,62%
2004/2005	83,56%	13,94%	2,50%
2005/2006	84,67%	12,52%	2,81%
2006/2007	86,45%	11,39%	2,16%
2007/2008	87,42%	10,56%	2,02%
2008/2009	87,92%	10,05%	2,03%
2009/2010	87,82%	10,49%	1,69%
2010/2011	87,99%	10,32%	1,69%
2011/2012	88,57%	9,79%	1,64%
2012/2013	89,17%	9,26%	1,57%
2013/2014	90,26%	8,59%	1,15%

Fonte (MED-DGPOG/2014)

2.4. Promoção de valores para reforço da cidadania

Com o objetivo de Fortalecer os valores éticos e cívicos, está em curso o projeto de integração curricular da disciplina de Educação para Cidadania do 1.º ao 12.º ano, com o objetivo de promover os valores da cidadania e de uma cultura da paz e tolerância, dos direitos humanos e da preservação e educação ambiental.

2.5. Ação social escolar

Para melhorar e reforçar as condições de aprendizagem das crianças mais desfavorecidas é fornecida a 100% das crianças do Ensino Básico uma refeição quente nas escolas, bem como às crianças do Pré-escolar e uma parte significativa dos alunos do Ensino Secundário, para

além de fornecimento de materiais escolares, transportes escolares, desenvolvimento da Educação para a Saúde, entre outras.

2.6. Alargamento e melhoria do atendimento a crianças com necessidades específicas

O objetivo de adequar as condições físicas das escolas às crianças com necessidades educativas especiais tem sido trabalhado através da adaptação das escolas aos requisitos das crianças com necessidades educativas especiais, da criação de salas de recursos para melhorar o atendimento às crianças com necessidades educativas especiais e da formação de agentes educativos em diversas valências de Educação Especial.

3. Ensino Secundário (1º ciclo - Tronco Comum)

Para o ensino secundário, o quadro do Plano de Ação propõe como meta dois grandes objetivos a saber: alcançar a universalização ao 7º e 8º ano de escolaridade até 2010 e eliminar a disparidade de géneros até 2015.

Com o intuito de responder à primeira exigência já foram ampliadas várias escolas e construídas escolas nas zonas de forte expansão demográfica e elaborado e implementado um plano de formação de professores de acordo com as necessidades apuradas.

Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, até ao ano 2015 e alcançar, antes de 2015 a igualdade entre os sexos na educação, garantindo às meninas um acesso pleno e equitativo a uma educação básica de qualidade, com as mesmas possibilidades de sucesso é um objetivo proposto pelo plano de ação de Dakar e está praticamente assegurado, como se pode observar nos quadros seguintes.

Quadro 6: Evolução da taxa de transição do EB para o Secundário 2000 – 2014

Anos Lectivos	Taxa de transição
2000/2001	70,7%
2001/2002	69,4%
2002/2003	72,2%
2003/2004	72,1%
2004/2005	74,5%
2005/2006	80,8%
2006/2007	84,7%
2007/2008	86,0%
2008/2009	86,0%
2009/2010	89,0%
2010/2011	92,1%
2011/2012	90,7%
2012/2013	88,1%
2013/2014	87,4%
TCMA	1,65%

Fonte (MED-DGPOG/2014)

Quadro 7: Evolução de alunos matriculados no Tronco Comum 2000/01 – 2013/2014

Anos Lectivos	7º ano			8º ano			Total		
	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM
2000/2001	5.946	5.842	11.788	5.177	4.800	9.977	11.123	10.642	21.765
2001/2002	5.766	6.231	11.997	5.863	5.607	11.470	11.629	11.838	23.467
2002/2003	6.577	6.293	12.870	6.168	5.554	11.722	12.745	11.847	24.592
2003/2004	6.613	6.331	12.944	5.914	5.201	11.115	12.527	11.532	24.059
2004/2005	7.566	7.279	14.845	5.772	5.257	11.029	13.338	12.536	25.874
2005/2006	7.119	7.118	14.237	6.222	5.431	11.653	13.341	12.549	25.890
2006/2007	7.241	7.202	14.443	6.184	5.416	11.600	13.425	12.618	26.043
2007/2008	6.882	6.918	13.800	5.991	5.369	11.360	12.873	12.287	25.160
2008/2009	6.974	6.980	13.954	5.856	5.095	10.951	12.830	12.075	24.905
2009/2010	6.736	7.067	13.803	6.036	5.257	11.293	12.772	12.324	25.096
2010/2011	6.679	7.353	14.032	5.768	5.204	10.972	12.447	12.557	25.004
2011/2012	6.666	6.983	13.649	5.613	5.220	10.833	12.279	12.203	24.482
2012/2013	6.454	7.120	13.574	5.567	5.087	10.654	12.021	12.207	24.228
2013/2014	6.028	6.737	12.765	5.465	5.123	10.588	11.493	11.860	23.353
TCMA	0,1%	1,1%	0,6%	0,4%	0,5%	0,5%	0,3%	0,8%	0,5%

Fonte (MED-DGPOG/2014)

4. Educação não formal

O quadro de Ação de Dakar propõe para a educação não formal, “aumentar em 50%, até ao ano 2015, o número de adultos alfabetizados, em particular mulheres, facilitando a todos os adultos, um acesso equitativo à educação básica e à educação permanente”. Para a consecução deste objetivo várias ações foram desenvolvidas, nomeadamente: informação, sensibilização e mobilização social”; recrutamento e formação de agentes educativos; alfabetização, animação e formação profissional de base.

4.1. Alfabetização e educação de base de adultos

Desde 2010 Cabo Verde atingiu a meta proposta para 2015, contando com uma taxa de alfabetização, no grupo etário 15-24 anos, de 96.9% e um rácio mulheres/homens de 1. O quadro seguinte mostra a evolução dos alfabetizados 2000 a 2014.

Quadro 8: Evolução dos alfabetizados entre 2000 e 2014

Anos lectivos	Nº de Alfabetizados			Nº de alunos do Ensino Recorrente		
	F	M	FM	F	M	FM
2000/2001	1542	1023	2565			
2001/2002	1522	896	2418			
2002/2003	2016	1219	3235			
2003/2004	3441	2128	5569			
2004/2005	3207	1715	4922			
2005/2006	2584	1456	4040			
2006/2007	1190	937	2127	742	461	1203
2007/2008	1300	960	2260	631	523	1154
2008/2009	1010	852	1862	593	441	1034
2009/2010	986	915	1901	712	577	1289
2010/2011	1056	1107	2163	596	522	1118
2011/2012	707	833	1540	874	783	1657
2012/2013	490	590	1080	974	934	1908
2013/2014	458	611	1069	903	889	1792
TCMA	-8,9%	-3,9%	-6,5%	1,5%	5,2%	3,1%

Fonte (MED-DGPOG/2014)

PARTE – II

Desafios e prioridades nacionais da Educação Pós 2015

Como já se referiu, o sistema educativo cabo-verdiano não superior integra os seguintes subsistemas: pré-escolar, ensino básico, ensino secundário geral e técnico profissional e alfabetização e educação de adultos.

Cabo Verde, com cerca de 500.000 habitantes, a população escolar do pré-escolar ao ensino secundário é de 140.525 alunos, em 2013/2014, sendo que 15,8% dos efetivos são do pré-escolar, 46,9% do ensino básico e 37,3% do ensino secundário. Isto significa que houve um aumento significativo em relação a 2004/2005 em que o pré-escolar contava com 13,7%, o básico com 53,2 e o secundário 33,1%.

A democratização do acesso à educação básica e secundária que conduziu à equidade de género no que tange ao Ensino Básico, onde as taxas líquidas de escolarização são em 2013/2014 (92,9%), com 91,3% para as raparigas e 94,5% para os rapazes, e a uma ligeira supremacia das raparigas no Ensino Secundário, com taxas líquidas de escolarização de 74,8% para as raparigas e 65,5% para os rapazes evidenciam os esforços do Governo de Cabo Verde, através do Ministério da Educação e Desporto para a materialização da política de Educação para Todos, e a sua forte determinação em atender a crescente demanda social pela educação e uma forte propensão das famílias em garantir igual oportunidade de acesso ao sistema de ensino tanto dos rapazes como das raparigas.

Uma consulta aos diversos setores e parceiros sobre o estado atual da educação, visando a elaboração do relatório sobre os “Progressos na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio” mostra que em Cabo Verde, apesar de ser um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento, das suas características de país vulnerável e os desafios a ele inerentes que influenciam negativamente o seu crescimento e desenvolvimento económico e social, os

resultados alcançados relativamente às Metas propostas para o Ensino Básico na sua agenda para 2015 são os seguintes:

1. A taxa líquida de escolarização no ensino básico é de 93.3% ;
2. Proporção de alunos que iniciam o primeiro ano do ensino básico e que atingem o último ano do ensino básico (6º) é de 91, 2 %;
3. Taxa de alfabetização (15-24 anos) é de 97%.

Não obstante, junto com o desafio de, ao longo deste ano 2015, continuar a trabalhar para que as Metas de 96% para a taxa líquida de escolarização e de 95% para a conclusão do último ano do ensino básico (6.º ano), respetivamente sejam alcançadas, existem outros desafios que continuam a ser perseguidos pelo Ministério da Educação e Desporto e que, certamente, deverão constituir a agenda da educação pós-2015.

A implementação de medidas de política para garantir maior **qualidade e equidade**, ao sistema educativo, por um lado, e aumentar a **eficácia interna e externa** do sistema, com a diminuição dos índices de repetência e abandono escolar, por outro lado, constituem algumas prioridades para o sistema educativo cabo-verdiano. Para isso, constitui uma das grandes prioridades do sector, a Elaboração e implementação de um novo Plano Estratégico para o setor da Educação, na perspetiva do sistema integrado Educação/Formação/Emprego.

Assim sendo, pretende-se:

No pré-escolar

- Implementar o **Plano Nacional da Pequena Infância**, com a promoção da melhoria da educação pré-escolar, da qualificação dos agentes educativos, construção e reabilitação de infraestruturas educativas nas zonas rurais e periurbanas mais densamente povoadas

e menor cobertura e montagem e equipamento de salas de recurso para atendimento a crianças co NEE.

No ensino básico

- Consolidar o aumento da escolaridade básica obrigatória de 8 anos de escolaridade;
- Garantir maior **qualidade e equidade** ao sistema educativo e aumentar a **eficácia interna e externa** do sistema, com a diminuição dos índices de repetência e abandono escolar;
- Consolidar as mudanças introduzidas nas práticas educativas com a adoção de novas metodológicas e experiências inovadoras;
- Implementar o novo sistema de avaliação em preparação;
- Modernizar a gestão das escolas e dos estabelecimentos de ensino com a extensão do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) a todas as escolas do país;
- Implementar um novo modelo de supervisão e inspeção escolares, incentivando a avaliação interna e externa das escolas;
- Melhorar a qualidade dos recursos humanos com uma forte aposta no aumento da qualidade e expansão do ensino superior para aperfeiçoamento da qualificação **dos professores**;
- Introdução de línguas estrangeiras o mais cedo possível nos Planos de estudos desse nível de ensino;
- Implementar o novo estatuto para a melhoria da carreira docente.

No ensino secundário geral e técnico profissional

- Melhorar a eficácia interna com a redução das taxas de reprovação e abandono;
- Continuar a modernizar as escolas secundárias e técnico-profissionais, a partir da expansão do Programa «Mundu Novu» com a disponibilização de kits e laboratórios informáticos e bibliotecas e integração entre as saídas do ensino geral e técnico e a formação profissional;
- Modernizar a gestão das escolas e dos estabelecimentos de ensino secundário e técnico profissional com a extensão do Sistema Integrado de Gestão Escolar (SIGE) a todas as escolas do país;
- Continuar a implementar o sistema nacional de qualificações profissionais na via geral e técnica, promovendo a integração entre as saídas do ensino geral e técnico e a formação profissional, a sua diversificação e o seu alargamento;
- Continuar a alargar a rede física do Ensino Secundário, sobretudo em zonas rurais;
- Consolidar a implementação da Carta de Política Integrada (CPI) com a harmonização e maior articulação entre a Educação, formação e Emprego;
- Promover o espírito de iniciativa económica e de auto-emprego; a optimização dos recursos e da capacidade formativa instalada, apoiando os centros e atribuindo autonomia acrescida às escolas técnicas; a correcção dos desequilíbrios de qualificação promovendo acções de formação para os grupos mais desfavorecidos e descentralizando as ofertas formativas e programas de inserção profissional. Urge melhorar a articulação entre o sector da Educação e Formação Profissional e optimizar a utilização de recursos humanos, financeiros e materiais;

- alargar e consolidar o empreendedorismo no Ensino geral e técnico profissional;
- Reforço do Ensino das Ciências e das línguas estrangeiras nos planos de estudos desse nível de ensino

Na Alfabetização e Educação de Adultos

Não obstante os ganhos substanciais obtidos, prevalecem como desafios a redução da taxa de analfabetismo na faixa etária dos 15 e mais anos, com valores significativos para a população dos 35 aos 49 anos, e sobretudo a desigualdade social e de género e acentuada disparidade geográfica. Constitui um desafio o engajamento dos empregadores privados no processo da luta contra o analfabetismo. De igual modo, a utilização do ensino a distância como estratégia para aumentar o público-alvo e reduzir os custos da formação.

- i) Assegurar que até 2015 todas as crianças e, sobretudo as meninas e as crianças em situação difícil e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a um ensino primário gratuito e obrigatório de qualidade e o concluem;
- ii) Responder às necessidades educativas de todos os jovens e adultos, assegurando-lhes o acesso equitativo a programas adequados de aprendizagem para a inserção na vida activa;
- iii) Aumentar em 50%, até ao ano 2015, o número de adultos alfabetizados, em particular mulheres, facilitando a todos os adultos, um acesso equitativo à educação básica e à educação permanente;

Para se conseguir alcançar as metas e desafios propostos, apresentam-se, a seguir, alguns pilares de sustentabilidade e excelência da Educação pós 2015:

1. Consolidação da cobertura do Sistema Educativo/diminuição das disparidades sociais e regionais;
2. Modelos de financiamento do sistema educativo;
3. Eficácia interna e a qualidade dos serviços educativos prestados;
4. Eficácia externa e o mercado de trabalho;
5. Gestão e seguimento das políticas educativas;
6. Tecnologias de Informação e comunicação ao serviço do Ensino/Aprendizagem;
7. Avaliação das opções de políticas educativas.

CONCLUSÃO

Do conjunto das ações que foram previstas nos quadros dos planos de ação definidos para a consecução dos seis objetivos de Dakar é mínimo o número daquelas que se encontram por realizar. Concretamente, na área da proteção da criança verifica-se que das ações que a integram apenas uma não foi realizada, pese embora a sua importância e carácter estruturante. As restantes configuram um grau satisfatório de execução atestado pelo aumento dos efectivos e das infra-estruturas e ainda do pessoal de atendimento e melhoria do seu nível de formação. Ainda em relação a esse subsistema dois estudos foram realizados ultimamente e que darão um grande impulso à consolidação desse subsistema, designadamente o Estudo de competências das crianças à entrada do Pré-Escolar e o Plano Nacional para Pequena Infância no horizonte 2020.

Em relação ao Ensino Básico de total ações, apenas 2 (duas) não foram iniciadas. Duas delas respeitam a elaboração de dispositivos legais para enquadramento de gestores num caso e coordenadores no outro, o que constituindo ações de fácil execução em si, não se afiguram de fácil implementação pelas implicações orçamentais que acarretam.

As realizações nas demais componentes são boas com realce para algumas mencionadas como de grande sucesso, que são os casos da universalização do ensino Básico, a experiência piloto do ensino bilingue, a redução de abandono e reprovação e a alfabetização e formação de adultos.

Finalmente é importante ressaltar que, Cabo Verde conseguiu fazer o alargamento do ensino básico obrigatório, passando de 6 para 8 anos, uma vez que este processo estará concluído em 2015/2016, tendo em conta que a generalização do 7.º ano de escolaridade foi feita neste ano letivo, 2014/15.

Um dos aspectos mais críticos parece ser o fraco acompanhamento e avaliação da execução do PNA-EPT, dado que não existe uma equipa de acompanhamento como tal. Porém, dever-se-á, no entanto ter em conta que em Cabo Verde, os mecanismos de execução coincidem com as

diferentes estruturas do MED, o que significa que o funcionamento normal destas conduz à consecução dos resultados da EPT.

Uma posição confortável está relacionada com a educação e formação de adultos, pois como se pode verificar ao longo deste relatório os objectivos preconizados foram atingidos e perspectiva-se a sua consolidação.

ALGUMAS REFERÊNCIAS

Anuários estatísticos da Educação: 2000/2001 a 2013/2014 – Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão - Ministério da Educação e Desporto.

Principais Indicadores da Educação: 2000/2001 a 2013/2014 – Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão - Ministério da Educação e Desporto.

Estatuto Pessoal Docente, Decreto Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Decreto Legislativo n.º 2/2010, de 7 de Maio.

Plano Nacional de Acção de Educação para Todos, Ministério da Educação, Praia, 2003.

Relatório Nacional de Cabo Verde sobre o Desenvolvimento da Educação, elaborado no âmbito da 47ª Conferência Internacional sobre a Educação, Genebra, Setembro 2004, Gabinete de Estudos e Planeamento – Ministério da Educação.

Relatório síntese das actividades realizadas pelo Ministério da Educação 2000/2001-2013/2014, Ministério da Educação e Desporto.

Relatório do Estado do Sistema Educativo Nacional (RESEN) Cabo Verde, 2011, DGPOG/MED.